



POR ELAS E POR NÓS: A EDUCAÇÃO COMO HERANÇA E HORIZONTE E CAMINHO DE MOBILIDADE SOCIAL PARA MULHERES NEGRAS

Anelise Vieira de Lima

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e bolsista do Carrefour

Paula Lindo

Professora do Departamento de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
paula.lindo@uffs.edu.br

1. Introdução

Com base nos debates sobre interseccionalidade e mobilidade social, este artigo analisa como mulheres negras, mesmo enfrentando barreiras estruturais de raça e gênero, constroem trajetórias próprias de transformação, questionando a lógica meritocrática da mobilidade social e evidenciando as tensões entre a conquista de espaços e a reprodução das desigualdades. Parte-se da centralidade do trabalho como eixo articulador de pertencimento, resistência e identidade negra no Brasil.

Nesse sentido, justifica-se a relevância da incorporação de novas temáticas nas Geografia Negra pois buscamos trilhar nosso próprio caminho dentro das teorias e formas de produzir uma Geografia que não ignore ou apresente a população negra de forma negativa.

O objetivo central deste artigo é analisar de que maneira a literatura acadêmica tem abordado os processos de ascensão social de mulheres negras no Brasil nas últimas décadas, com ênfase no papel desempenhado pelo acesso à educação formal. Busca-se compreender como esse acesso, embora marcado por múltiplas barreiras estruturais, pode atuar como um instrumento de mobilidade social e de reconfiguração das posições ocupadas por essas mulheres na estrutura social.

A partir dos dados da Plataforma DIEESE (2025), examinaremos as dinâmicas ocupacionais dessas trabalhadoras no Brasil, buscando compreender as desigualdades estruturais que permeiam sua inserção no mercado de trabalho. Embora os dados evidenciem que as mulheres continuam a ser as principais responsáveis pelo cuidado



doméstico e familiar, é necessário aprofundar a reflexão: de que maneira essa sobrecarga influencia sua participação no trabalho remunerado? Como as desigualdades de gênero e raça impactam suas possibilidades de ascensão profissional e segurança no emprego?

Este resumo se fundamenta em autoras como Beatriz Nascimento (2021) e Lélia Gonzalez (1980) para discutir os mecanismos de dominação que relegam mulheres negras à subalternidade. A partir das contribuições de Angela Davis (2017), analisa-se a mobilidade social por meio da educação, articulando também os estudos de Waldir Quadros (2024) e Carlos A. C. Ribeiro (2006) sobre acesso e desigualdades educacionais.

2. Metodologia

Este resumo fundamenta-se em uma abordagem qualitativa de cunho teórico-analítico, com o objetivo de compreender, a partir de uma abordagem interseccional, as experiências de mulheres negras no mundo do trabalho e na educação. Diante desse cenário, é preciso refletir: de que maneira o acesso à educação formal tem atuado (ou não) como vetor de mobilidade social para mulheres negras no Brasil contemporâneo? A metodologia adotada se baseia na análise documental e bibliográfica, combinando dados estatísticos, como os fornecidos pelo DIEESE (2025) com a produção teórica de autoras negras como, Beatriz Nascimento (2021), e Angela Davis (2017).

3. Resultados e discussões

A partir das reflexões apresentadas na introdução, torna-se imprescindível aprofundar a análise sobre as desigualdades estruturais que incidem sobre as mulheres negras no contexto do mundo do trabalho. Essas desigualdades se manifestam de maneira interseccional, evidenciando como os marcadores de raça, gênero e classe se articulam para restringir o acesso, a permanência e as possibilidades de ascensão profissional dessas mulheres.

Nesse sentido, Souza (2007) argumenta que abordar as assimetrias entre



mulheres negras e brancas no Brasil demanda não apenas rigor metodológico, mas também compromisso político, uma vez que tais temáticas ainda são marginalizadas nos espaços acadêmicos. Para a autora, “relatar e estudar tais desigualdades é apreender a voz de tantas mulheres negras que jamais ousaram colocar-se como protagonistas de uma história em que sempre foram consideradas inferiores, reproduzida sem o menor remorso por parte de seus locutores” (Souza, 2007, p. 14).

Segundo dados do DIEESE (2025) mulheres são as maiores responsáveis pelo cuidado do lar, mas em comparação são as que menos têm direitos e oportunidades no mercado de trabalho. De acordo com os dados, “os bons resultados do mercado de trabalho, devido ao crescimento de 3,5% do PIB, estão expressos na criação de 1,7 milhão de empregos com carteira, na queda do desemprego e no aumento recorde da massa salarial.”

Para irmos além do trabalho exercido por mulheres negras, pensamos em analisar suas trajetórias a partir da mobilidade social. E de que forma podemos abordar isso? A autora Angela Davis (2017) ao pesquisar sobre a trajetória de intelectuais negras estadunidenses, destaca que mesmo as que têm uma trajetória acadêmica, sofrem com o silenciamento.

Neste caso, para analisarmos a mobilidade social, através da trajetória, retratada também na desigualdade de oportunidades para a ascensão social, pois esta ascensão exige a análise de associação entre classe de origem e a cor da pele com as chances de mobilidade social, entre os diferentes grupos raciais e de classe em nosso país. (Ribeiro, 2006)

A mobilidade social das mulheres negras é amplamente comprometida no atual mercado de trabalho, que ainda lhes reserva, predominantemente, posições subalternas. Nesse cenário, funções como o trabalho doméstico e atividades ligadas à cozinha continuam sendo centrais, limitando significativamente suas oportunidades de ascensão social e profissional. (Pires; Gonçalves, 2020)

Beatriz Nascimento (2021) aponta que, mesmo diante de rupturas nos modos de dominação, as mulheres negras continuam sendo direcionadas a funções historicamente subordinadas, como o trabalho doméstico, postos operacionais nas indústrias urbanas e atividades no meio rural.



Ribeiro (2006) explica que os estudos sobre a desigualdade de oportunidade educacionais buscam analisar a relação entre a origem de classe, educação e destino de classe. Diante disso, destacam que a raça aumenta a não conclusão do ensino médio “o efeito da raça aumenta nas transições e aumenta bastante justamente no momento da conclusão do ensino médio” (Ribeiro, 2006, p. 839)

É essencial dar visibilidade à atuação de mulheres negras como intelectuais, artistas e militantes, que resistem às desigualdades estruturais e rompem com a lógica da subalternidade. Quadros (2024) destaca, por exemplo, sua presença em espaços midiáticos, como o podcast de Mano Brown no Spotify, onde suas vozes ganham centralidade. A ascensão social de mulheres pretas e pardas no poderoso progresso social, que entrou em vigor em 2004 a 2014, que diante disso também faltam dados e estudos atualizados que apontem a evolução social de pessoas segundo gênero e raça.

Para pensarmos a mobilidade social de mulheres pretas e pardas, onde ela acontece nos limites da forte mobilidade do conjunto da sociedade brasileira. Mesmo que sigam em situação extremamente desfavoráveis, as mulheres negras continuam avançando ainda mais na estrutura social do que o conjunto da população. (*Ibidem*, 2024)

Diante disso o autor destaca como as mulheres negras têm avançado em nossa sociedade através de alguns dados:

De fato, confrontando os dados das Tabelas 1 e 2, verifica-se que, enquanto na população total a alta classe média avança de 6,2% em 2004 para 8,8% em 2014, entre as mulheres negras passa de 2,3% para 4,2%. Na média classe média a evolução é de 10,0% para 14,3% na população total e de 5,5% para 10,1% entre as mulheres negras. Na baixa classe média de 28,6% para 44,5% na população total e de 23% para 44,5% entre as mulheres negras. A redução dos miseráveis é muito forte seja na população de 22,9% em 2004 para 6,3% em 2014, como entre as mulheres negras de 32,6% para 9,1%. (*Ibidem*, 2024, p. 7)

Destacamos que esse avanço social entre mulheres negras, gera ainda mais significados quando observamos que, pensando na pirâmide social, as mulheres negras estão em último lugar. Em virtude das melhorias que já foram apontadas, destacamos a diminuição dos que não tiveram acesso a educação com um total de 15% cai para 10%, sendo que estes avanços seguem para o primeiro grau completo ou incompleto de 61%



para 50%, mostrando que mulheres negras entram para níveis mais avançados. (Quadros, 2024)

4. Considerações finais

Este artigo teve como objetivo compreender de que maneira a educação pode atuar como ferramenta de ascensão social para mulheres negras, considerando as desigualdades estruturais atravessadas pelos marcadores de raça, gênero e classe. Ao dialogar com a literatura acadêmica sobre mobilidade social, evidenciou-se a necessidade de ampliar e aprofundar os estudos que valorizem as trajetórias dessas mulheres, reconhecendo suas experiências como fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa.

Nesse sentido, destaca-se a importância de incorporar uma perspectiva geográfica crítica e comprometida com as epistemologias negras, de modo que as geografias negras não apenas visibilizem os dados, mas também contribuam para narrativas positivas e emancipadoras. Que possamos, assim, escrever outras histórias e promover novos diálogos, capazes de reconhecer o protagonismo das mulheres negras em múltiplos territórios de existência e resistência. Por fim, reforça-se a urgência de políticas públicas que, para além do acesso, assegurem a permanência, o reconhecimento e a valorização dessas trajetórias nos mais diversos espaços sociais.

Referências

DAVIS, Angela. Mulheres, cultura e política. São Paulo: Boitempo, 2017. 200 p.

DIESSE (org.). **Mulher chefia mais domicílios, mas segue com menos direitos e oportunidades no trabalho**. 2025. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2025/mulheres2025.html>. Acesso em: 8 mar. 2025.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. 271 p.

QUADROS, Waldir. Raça e gênero na desigualdade social. Rbest **Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho**, [S.L.], v. 4, p. 1-17, 30 dez. 2022. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/rbest.v4i00.17381>. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rbest/article/view/17381>. Acesso em: 28 maio 2025.